

**Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos
Abril – Julho/2006**

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil

Área: Mulher

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues
Maria Célia Orlato Selem

Aula 10 – Ações necessárias para fortalecimento dos Conselhos dos Direitos das Mulheres

Desafios para o fortalecimento dos Conselhos

A participação popular é um mecanismo essencial na elaboração e fiscalização das políticas públicas. O protagonismo feminino possibilita ações e teorias a fim de modificar as relações de desigualdades pautadas nas diferenças anatômicas.

A Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres destaca os avanços na institucionalização do tema de gênero, através da criação de órgãos públicos: conselhos e secretarias. Segundo a secretaria, já existem em funcionamento 22 Conselhos Estaduais, 108 Conselhos Municipais e 39 Secretarias e Coordenadorias.

Entretanto, muitas vezes, observam-se alguns obstáculos que dificultam a efetiva democratização dos processos de formulação das políticas para mulheres, dentre eles:

- Defender oportunidades iguais para as mulheres no mercado de trabalho, de maneira a ampliar sua autonomia econômica e permitir que ela efetivamente exerça a cidadania plena;
- Estrutura do conselho nacional (vinculação à secretaria e caráter apenas consultivo);
- Dificuldade de articulação com outros segmentos;
- Pouca ou nenhuma atenção por parte dos governantes para os programas ou ações de combate à discriminação das mulheres (muitas vezes há descaso);
- Falta de recursos para realização de atividades;

- Falta ou pouca capacitação das conselheiras, sendo que o problema está mais próximo dos conselhos municipais;
- Entendimento equivocado sobre a luta pelos direitos das mulheres ou sobre o feminismo;
- Não observação da diversidade na formação dos conselhos;

Algumas propostas de ações com intuito de fortalecer os conselhos dos direitos das mulheres:

- Cursos de capacitação para conselheiras das esferas municipais, estaduais e federal, com foco nas questões específicas, com material informativo como cartilha, vídeos, etc;
- Acompanhamento/fiscalização das formulações de leis e implementação de políticas, atentando para a observação do recorte de gênero
- Campanha nos meios de comunicação para sensibilização da sociedade quanto à importância de dos conselhos e do papel das conselheiras;
- sítio da Internet com informações sobre Mulheres, Política, participação democrática (contemplando todos os segmentos).
- viabilidade de participação dos segmentos de mulheres mais invisíveis, como as negras, as profissionais do sexo, as lésbicas, as indígenas, as mulheres com deficiência, as mulheres que professam religiões de matrizes africanas;
- articulação entre as 3 esferas dos conselhos e também entre os diferentes conselhos, a fim de pensar uma política integrada;
- preparação e discussão do plano de política nacional para mulheres;
- organização e articulação de iniciativas de empoderamento das mulheres no processo de participação nos conselhos e demais ações de controle social;¹
- realização de seminários a fim de ampliar as discussões;
- Elaboração e seguimento de um planejamento a fim de programar as ações;
- constituição de um fundo específico a fim de ampliar a autonomia;

¹ Considerando que para o fortalecimento dos conselhos é necessário o fortalecimento do sujeito de direitos ao qual se vincula tal conselho, é fundamental considerar a necessidade do empoderamento, ou fortalecimento, das mulheres enquanto sujeito político destes conselhos. Sobre isso, destacamos a iniciativa do NEIM - Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal da Bahia, em parceria com um consórcio de organizações de defesa dos direitos das mulheres no projeto Trilhas sobre o empoderamento das mulheres. Tal experiência recomenda que sejam considerados no processo de empoderamento três temas centrais nas demandas feitas pelos movimentos de mulheres e em políticas de desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida da população feminina: a) amplificar as vozes das mulheres e sua capacidade de ação política e de exercício da cidadania; b) criar mais e melhores oportunidades para elas se engajarem no mercado de trabalho assalariado e serem reconhecidas pelo trabalho não pago que realizam no âmbito doméstico, e; c) garantir os direitos das mulheres sobre seus próprios corpos, incluindo-se aí o direito de viverem suas vidas, livres de violência e abusos, desfrutando de uma sexualidade prazerosa e saudável, a partir de sua própria escolha. Projeto Trilhas - Consórcio do Programa de Pesquisas (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia em Salvador; Centro de Estudos de Gênero e Advocacia da Universidade de Gana; o o Centro de Pesquisa Social da American University of Cairo, no Egito; a BRAC University, de Bangladesh, em colaboração com a ONG feminista, *Shirkat Gah*, no Paquistão; e o Instituto de Estudos do Desenvolvimento – IDS, da University of Sussex, Inglaterra), em conjunto com UNIFEM e Care.

- interlocução dos conselhos com o movimento de mulheres e feminista.

O CNDM e a SPM estão produzindo um manual sobre controle social e os conselhos dos direitos, com vistas a contribuir para a criação e funcionamento destes órgãos e qualificar sua atuação. Esta pode ser uma importante ferramenta para o fortalecimento destes espaços de participação.

Praticando: Na sua opinião, quais são os principais desafios para o fortalecimento dos conselhos dos direitos das mulheres em seu estado e município?

Links interessantes:

Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais - Documento Base – 2004 – disponível em:

http://200.130.7.5/spmu/docs/baseconf_%20est.pdf

I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Proposta de Diretrizes para uma

Política Nacional para as Mulheres - Documento para os Grupos de Trabalho

Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/docs/diretrizes_cnpm.pdf